

s e p a r a t a

**CISTER**  
Espaços, Territórios, Paisagens

Colóquio Internacional  
16-20 Junho 1998  
Mosteiro de Alcobaça



**A afirmação do Mosteiro  
de São Bento de Cástris  
no contexto local e nacional**

**Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde**

# A afirmação do Mosteiro de São Bento de Cástris no contexto local e nacional

Maria Antónia Marques Fialho Costa Conde  
Departamento de História da Universidade de Évora – Portugal

*Resumo* Está a história do Mosteiro de São Bento de Cástris desde o seu início ligada a Alcobaça: era da sua filiação e as eleições das respectivas Preladas deveriam ser confirmadas pelo Abade. Frei Estêvão, D. Abade de Alcobaça quando da fundação de Cástris, explicitara que, adoptando o mosteiro a regular observância de Cister, reservava para si e para os seus sucessores a presidência nas eleições das Abadessas e a Visitação do mosteiro. Em 1274, jurados os votos solenes de Pobreza, Castidade e Obediência de retiro passou a mosteiro, este espaço que soube conservar o espírito cisterciense. Para a afirmação de São Bento de Cástris no território muito contribuíram as doações régias como prova a chancelaria com particular ênfase no período moderno (Cartas de Privilégio, Padroados, Verbamentos a Juro, Provisões e Alvarás são disso exemplo), bem como as doações e privilégios que constam em documentação civil – camarária mas sobretudo de particulares – e religiosa. A propriedade de bens imóveis, em especial fundiários, permite, por um lado, apreciar a importância do mosteiro em termos locais, possibilitando também a comparação dos rendimentos em termos nacionais, bem como a adaptação das explorações ao contexto regional. Reflete o espaço do mosteiro a intenção das diversas entidades, de acordo embora com as exigências cistercienses, tendo o espaço edificado conhecido uma profunda ampliação com as obras do século XVI, que se prolongariam em especial nos dois séculos sucedâneos. Coincide essa faixa cronológica com aquele que foi o período mais rico na cultura do mosteiro, bem explícito nos Livros de Coro que constituem o fundo mais rico de todos os mosteiros eborenses.

The history of the São Bento de Cástris Convent is linked to Alcobaça since its very beginning: it was affiliated to Alcobaça and the elections of the abbesses were to be confirmed by the abbot. When Cástris was founded, Brother Estêvão, the Abbot of Alcobaça, specified that as the monastery was following the rules of Cîteaux, he reserved the rights of presidency over the elections for abbesses and visiting the convent for himself and his successors. In 1274, this retreat, which always preserved the Cistercian spirit, adopted the solemn vows of poverty, chastity and obedience, and became a convent. Royal donations (particularly during the modern period) made a major contribution to establishing São Bento de Cástris in the territory, as shown by the letters granting privileges, state supports, authorisation of interest payments, provisions and licences found in the chancellery records. Further proof of this comes from the donations and privileges recorded in civil records, some from the local council but mostly private, and religious records. Ownership of property, especially farmland, reveals the monastery's importance in local terms. The income can also be examined in national terms, as can the use of the property in regional terms. The scale of the monastery reflects the aims of the different bodies. While always following the Cistercian rules, the built-up section expanded significantly through work in the 16<sup>th</sup> century that continued, especially in the two following centuries. This period coincides with the convent's richest period of culture, as shown by the choir-books, which are the most precious of all those from Évora's monasteries and convents.

*Abstract*

**E**stá o Mosteiro de São Bento de Cástris situado na encosta do Alto de São Bento, na área do mapa geológico de Évora, dentro da extensa peneplanície alentejana; o citado Alto encontra-se a 263 metros de altitude, distando cerca de 2,5 quilómetros da cidade de Évora. Segundo a reparti-

ção de massas geológicas, situa-se o mosteiro num enclave, que permite a divisão em zonas para aproveitamento económico distinto: hortos, pomares e vinhedos na zona fértil do gabro e do diorito, e o olival e o sobro nas zonas de gneisses e quartzodiorito, respectivamente; as zonas do maciço granítico são propícias à captação de água.

No enclave de três bacias hidrográficas – Tejo, Guadiana, Sado –, para a região de Évora são significativos os cursos de água do Degebe e afluentes, com influência nas regiões leste e sudeste da cidade; os mais significativos para as regiões oeste e sul são a ribeira de Alcáçovas e o Xarrama, ligado à bacia do Sado.

Enquadra-se este Alto numa paisagem que periga pelos riscos de erosão/desertificação, devendo apelar-se à boa gestão do solo, com exploração intensa de terras apropriadas, sendo as restantes entregues ao mato ou à pastagem; as espécies dominantes são a azinheira, o sobreiro e a oliveira, havendo também muitos terrenos incultos. As espécies citadas encontramos-las na cerca do mosteiro, na parte que não é dedicada à horta, onde encontramos, tal como em hortas próximas do mosteiro, culturas hortícolas de regadio, culturas ervenses de sequeiro, a laranjeira e a tangerineira.

Também neste local, como em toda a envolvência de Évora, a escassez de água justifica cada vez mais a redução ao mínimo do escoamento superficial das águas pluviais: o recurso a matas nas encostas e valas de retenção, e a capacidade de armazenamento da água tem de ser pensada apelando também a uma boa administração da rega.

A mata (especialmente a mata mista, baseada na formação clímax) deverá ser privilegiada em relação ao solo e à água, havendo também que reconhecer a sua importância económica; há que reservar às matas não apenas as áreas más de produção, uma vez que as culturas arbóreas ou arbustivas têm um papel importante na conservação do húmus, fulcral na paisagem mediterrânica.

Várias ameaças surgem na paisagem envolvente do mosteiro, como o desaparecimento da mata, a expansão de culturas cerealíferas e a conquista acelerada do espaço produtivo útil por construções e indústrias – daí que vejamos o Mosteiro de São Bento de Cástris aproximar-se, involuntariamente se fosse preservado o ideário cisterciense, cada vez mais da cidade de Évora; há que separar áreas habitacionais de áreas industriais e de áreas agrícolas, bem como de áreas/paisagens históricas – tendo estas últimas a sua lógica própria, só compreensível enquanto se procurar que elas se mantenham o mais próximo possível daquilo para que foram concebidas e que, no caso em estudo, eram o afastamento, a clausura, o silêncio.

Temos assim o conjunto edificado inserido numa paisagem que exige, também ela, um olhar atento, havendo que respeitar componentes estéticos básicos – como a luz e a cor, a profundidade, a grandeza, a forma e a figura, o movimento, a vida e a cultura –; embora condicionada aos nossos valores culturais, temos que a apreciação estética é básica na recuperação de uma paisagem.

Vários têm sido os Autores para quem São Bento de Cástris tem sido alvo de estudo: cronistas da Ordem, historiadores de Arte e investigadores locais, em especial pela sua relação com Alcobaça, que desde a sua origem se viu dele encarregado. Uma das questões fulcrais, sem dúvida, é a data da sua origem – algumas vezes apontado como o mais antigo mosteiro cisterciense da Península –, além do seu enigma construtivo, que sobrepõe diversas épocas e influências.

Neste conjunto de Autores temos o Padre Manuel Fialho, com a sua obra *Évora Ilustrada*<sup>1</sup>. Este Autor coloca logo de início uma das principais questões a quem se dedicar ao estudo deste espaço

conventual e suas dependências: é-nos apresentado como “...*convento de Religiosas de São Bernardo, teve princípio no ano do Senhor de 1169 ou 1275...*”.

Diversos e por demais conhecidos são os relatos, convergindo em alguns pontos, sobre a fundação desta comunidade religiosa, que só mais tarde viria a ser mosteiro (só o terá sido, enquanto tal, no último quartel do século XIII, se considerarmos como mosteiro o complexo arquitectónico que abriga uma comunidade regular, compreendendo o sector religioso – igreja e anexos –, os serviços – claustro, sala capitular, refeitório, cozinha, dormitório, etc. – e outras dependências – celeiros, estábulos, lagares, etc.); o seu início está, pois, ligado a um grupo eremítico que fundou um retiro junto a uma ermida – hipoteticamente erguida em local onde o Bispo de Évora vira uma resplandecente luz, cruciforme, em vésperas do dia de São Bento, 21 de Março (ou, segundo outros, a figura do próprio Santo), e por isso a ele dedicada, onde inúmeras obras milagrosas aconteceram, chamando inúmeros devotos –, grupo este em que Urraca Ximenes desempenhava papel de liderança, e que terá passado a Cister, como aconteceu a diversos grupos eremíticos.

Segundo Bernardo de Brito, cronista da Ordem de Cister, terá rapidamente aumentado o número de recolhidas, tornando-se imperiosa a necessidade de observância de uma ordem; preocupado, D. Paio, então Bispo da cidade, segundo o relato do supracitado cronista, terá colocado a questão ao próprio monarca, Afonso Henriques, que a remeteu para o Abade de Alcobaça, D. Martinho; o mesmo achou conveniente orientar a fé das devotas e não deixá-la ao abandono (terá até invocado que o abolir da comunidade já existente seria dar a entender aos parentes das recolhidas que elas se portavam desonradamente), propondo que as mesmas fossem ouvidas individualmente e em comum se quieram sujeitar-se a um hábito, de uma ordem com reconhecido mérito. Desencadeou-se o processo a partir desta proposta, que do Rei seguiu para o Bispo e deste para as recolhidas; estas dispuseram as suas vontades para a recepção do hábito, deste facto o Rei teve conhecimento e terá ordenado deslocação a Évora de D. Martinho, para com o Bispo, em 1169, lançarem o hábito de Cister a todas as recolhidas e alterarem o estatuto da comunidade de simples recolhimento para mosteiro. Segundo esta versão, teríamos de facto em São Bento de Cástris o mais antigo mosteiro feminino da Ordem de Cister em Portugal.

A partir de um documento original, encontrado no Cartório do Mosteiro de Odivelas, Frei António Brandão apresenta outra versão dos acontecimentos, apontando mesmo erros cronológicos a Bernardo de Brito – em 1169 não era Bispo de Évora D. Paio mas sim D. Soeiro, por exemplo –; defende que no ano de 1275 viveriam junto (não são citadas distâncias, podendo, como nos inclinamos, ser junto à cerca, ou distanciadas, não sendo nomeada a sua aproximação junto à ermida citada por Bernardo de Brito) à cidade de Évora, muito religiosamente, umas devotas mulheres que desejavam sujeitar-se a professar religião aprovada pela Igreja, tendo-se deslocado a Roma uma sua representante, Domingas Soeira, e algumas acompanhantes, para expressar a sua vontade ao Papa Gregório X. Remetidas para o Cardeal Pedro Julião, português, o seu pedido foi atendido, escrevendo ao Abade de Alcobaça, para que as acolhesse e admitisse na sua Ordem. O então Abade, Estêvão Martins, obedecendo às ordens do Papa, e por comissão do Capítulo Geral de Cister, terá expedido Carta a 12 de Janeiro de 1275, na qual declarava a necessidade de que a igreja do mosteiro fosse dedicada à Mãe de Deus – lembremos que a sua consagração teve lugar em 1328 –, recebendo debaixo da sua obediência o mosteiro,

tal como os seus sucessores, que por eles seria visitado, devendo ainda os Abades de Alcobaça presidir às eleições das Abadessas.

Tal relato está de acordo com o dos Cónegos Regulares de Santa Cruz, quando escrevem a vida de D. Paio, Bispo de Évora, e que foi Cónego da sua Congregação (Livro 40, capítulo 10 da *Crónica dos Cónegos Regulares*).

Francisco da Fonseca<sup>2</sup> refere também D. Soeiro como Bispo em 1169, e como sendo o que tivera a visão da “formosa luz e resplandecente chama”; de maneira conciliadora, apresenta essa visão como o início de São Bento de Cástris – uma vez que de facto se construía a ermida e junto a ela Urraca Ximenes, com ordem de Bispo, fundara umas casas, onde vivia com familiares em retiro, sem votos nem clausura, sendo conhecidas como as Emparedadas, nome então dado às Recolhidas – e, respeitando a fonte histórica citada por Brandão, considera que em 1169 podemos falar da fundação de São Bento de Cástris, mas apenas enquanto recolhimento, passando em 1274 a ser mosteiro cisterciense (solução esta que aliás já havia sido apontada pelo próprio Frei António Brandão). Segundo este Autor, terão as recolhidas sido persuadidas por D. Soeiro e pelo próprio D. Martinho, Abade de Alcobaça, a seguir as Regras de Cister e a fazer uma vida em comum, de comunidade religiosa, que assim o terão feito durante noventa e quatro anos, mas sem voto de clausura nem os votos essenciais da religião; tal só seria conseguido pela Superiora das Emparedadas em 1274, Domingas Soeira, transformando o retiro em comunidade religiosa: foram jurados os votos solenes de Pobreza, Castidade, Obediência e Clausura, bem como a Profissão religiosa.

Manuel Severim de Faria diz-nos também que “[...] *Em Évora foy primeiro Bispo Dom Payo Cónego regrante do mosteiro de Banhos, & consta pelas Escrituras do Cabido, que os Cónegos viverão em communitate até o anno de 1200, em que se fez a divisão das rendas entre o Bispo, & Cabido [...]*”<sup>3</sup>.

Analisando também a relação com Alcobaça, e as origens do mosteiro, temos estudos mais recentes, como os de Túlio Espanca<sup>4</sup>, Gabriel Pereira<sup>5</sup>, Artur Nobre de Gusmão e Joaquim Chorão Lavajo<sup>6</sup>.

Parece-nos que, datando de 1275 o primeiro documento referente a São Bento de Cástris como mosteiro cisterciense – petição de Domingas Soeira ao Papa, em nome da Comunidade, para que fosse autorizada a adopção da Regra de Cister –, representa este mosteiro uma simbiose dos critérios expressos anteriormente: grupo eremítico de devotas, inicialmente de cariz simplesmente familiar e que com o tempo viu aumentar o número de recolhidas, reunido bem próximo da cerca romano-goda da cidade, numa casa que possuíam na actual Rua de Valdevinos (em que algumas vezes se refugiaram, como na Revolução de 1383-1385, em que a abadessa era Joana Peres de Ferreirim, parente de D. Leonor Teles) e que se recolheriam mais tarde em local isolado, junto da ermida de culto a São Bento, tendo cumprido desde a sua fundação oficial como comunidade cisterciense as regras de isolamento exigidas pela Ordem, com a intervenção de Estêvão, então Abade Geral de Alcobaça – encontrando-se desde a sua origem ligado a Alcobaça e não a Claraval.

Sendo possível datar com precisão a fundação dos outros mosteiros femininos em Portugal do século XIII – São Mamede de Lorvão, São Pedro de Arouca, São Salvador de Bouças, Santa Maria de Celas, e todos estes ligados às Santas Princesas, Santa Maria de Cós, Santa Maria de Almofter e São Dinis de Odivelas –, a ambiguidade em relação a São Bento de Évora persiste: ele é documentado desde 1275, altura em que se ligou à Ordem de Cister, ou seja, em termos de fundação cisterciense, não transparecendo a data do seu início enquanto comunidade religiosa feminina<sup>7</sup>. Lembremos também

que se os primeiros cronistas da Ordem de Cister acabam por chegar a uma conclusão com um mínimo de homogeneidade – o primeiro mosteiro de religiosas cistercienses em Portugal senão mesmo de toda a Península –, esta ideia é por demais refutada por Artur Nobre de Gusmão ao longo das suas obras<sup>8</sup>. Segundo documentação vária já publicada, parece-nos clara a existência anterior de Santa Maria de Cós, mosteiro fundado antes de 1241.

Quanto ao conjunto arquitectónico que constitui o Mosteiro de São Bento de Cástris que hoje subsiste, enquadra-se na realidade do particularismo arquitectónico alentejano entre fins do século XV e inícios do XVI: hibridismo de elementos, influências várias – mediterrânicas, mudéjares, do gótico final –, conseguindo a simbiose com as exigências da Ordem.

Construção quadrilátera, com os volumes das alas sul, este e oeste em ângulo recto, apresentando a ala norte alguma obliquidade, particularmente demonstrada no amplo claustro – claustro este que se impõe em relação a todos os edifícios de funções semelhantes em Évora, à excepção do claustro do Convento da Cartuxa, e em relação aos mosteiros cistercienses portugueses, particularmente os femininos. Esta ordenação em forma de quadrilátero acabava por obedecer a uma harmonia típica, à qual a própria tarefa da escrita não era alheia<sup>9</sup>.

Na ala sul, partindo da entrada, temos a igreja e a sacristia, duas salas que têm ligação com o claustro, das quais a mais afastada da igreja pode ter tido funções de parlatório, numa fase primitiva, e a entrada na clausura conventual, por um pequeno átrio com arco abatido; depois a sala da portaria. Paralelas à portaria temos, à esquerda, salas hoje aproveitadas como salas de aulas, mas que, no prolongamento da ala das conversas, seriam salas a elas destinadas, em actividades próprias de uma comunidade cisterciense feminina; a área é dividida por três salas, embora de forma desigual, pois a sala central é maior: é uma grande sala abobadada, dividida em seis tramos por duas colunas toscanas – também possível grande parlatório; a última sala desta ala comunica com pequenas salas que conduzem ao que teria sido o átrio inicial do mosteiro.

A igreja, enquadrada no conjunto monástico, apresenta nave única, com características evidentes de templo quinhentista, por exemplo em alguns pormenores arquitectónicos da fachada e da galilé – esfera armilar, armas dos Melos –, que aliás se repetem na decoração de alguns capitéis do claustro (nos lanços oeste e norte). São evidentes na estrutura da igreja elementos do templo anterior, gótico. Conforme é de regra para os mosteiros femininos, surge-nos a porta principal na fachada lateral, em arco de volta perfeita, da largura do tramo central da galilé –



Fig. 1  
Aspecto do claustro  
do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.



Fig. 2  
Ala do claustro  
do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.



Fig. 3  
Capela-mor  
da Igreja do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.



Fig. 4  
Nave e coro alto  
da Igreja do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.

que consta de três tramos abobadados, com ogivas simples de alvenaria, ligadas por arcos quebrados. As nervuras unem-se no centro, em efeito espiral, decorado com as armas dos Melos. Na parede, morrem os arcos ogivais em mísulas, com efeitos geométricos e vegetalistas. Mede a galilé 9,40 m de largura e 4 m de profundidade. Apresenta a porta central colunelos e arquivoltas, de diferentes larguras, trocando entre si – arquivoltas e fustes dos colunelos – os espaços lisos e torsos; colunelos e bases em alvenaria, jogando com o mármore usado nos capitéis e arquivoltas são uma constante. A presença da heráldica referida tem a ver com o mecenato exercido por D. Rodrigo de Melo, Conde de Tentúgal e 1.º Marquês de Ferreira, heráldica esta que se repete noutros espaços da construção, homenageando assim o seu protector. Uma escada exterior comunicaria com a hospedaria.

A igreja tem planta de cruz latina; a nave e os braços do transepto apresentam abóbada manuelina; a divisão da nave é em três tramos, medindo o primeiro (que é o do transepto) e o segundo 5,70 × 6,80 m; o terceiro apresenta igual largura, apresentando apenas 3,50 m de comprimento. Este último tramo e parte do seguinte é ocupado pelo designado coro duplo: supomos que, obedecendo ao modelo cisterciense clássico, antes das intervenções de Quinhentos, o coro das religiosas ocupasse o fundo da igreja, explicado até pela facilidade de acesso ao claustro; subsistem ainda, no coro de cima, alguns traços góticos. Com essas intervenções, as religiosas passam a ter novo coro, ficando em andar superior o coro das conversas. A comunicação deste novo coro com a estrutura do mosteiro é resolvida com a abertura do muro oriental da casa do capítulo – pela Abadessa D. Maria Pacheco – entre 1589 e 1592, ficando um arco com 3,10 m, e a construção do edifício paralelo. Este novo coro, quinhentista, apresenta hoje abóbada muito baixa, com caixotões em forma de losango salientes, colocados sobre a anterior abóbada quinhentista; à maneira barroca tes-



Fig. 5  
Abóbada do coro baixo  
da Igreja do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.

temunham as grandes intervenções no todo conventual a partir dos abadessados trienais, em 1 de Maio de 1586, sendo D. Maria de Almeida a primeira Abadessa trienal. Devido ao seu achatamento,

o encosto das cadeiras do coro alcançavam a cornija.

A cobertura abobadada da igreja é de nervuras, finalizando os arcos torais e os formeiros em meias colunas, apresentando os respectivos capitéis decoração manuelina – nós, cordas, por exemplo; é de destacar o descentramento do transepto em relação ao tramo em que se enquadra na nave, evidenciando a existência de um espaço anterior. Encaixa a galilé no espaço sobrance do lado esquerdo do transepto, uniformizando e tentando equilibrar



Fig. 6  
Refeitório do Mosteiro  
de São Bento de Cástris.

o conjunto. Conhece a igreja novas intervenções no século XVIII, decorativas, ao estilo rococó, nomeadamente no domínio da talha, estuque e azulejos.

Na ala poente, apenas a cozinha ocupa o seu lugar de origem; porém, são ainda evidentes vestígios do calefactório. Todas as outras dependências foram adaptadas às funções actuais (refeitório dos alunos da Casa Pia).

Na ala norte temos o antigo refeitório das religiosas, de cobertura abobadada com arco de volta perfeita, com caixotões de estuque, a passagem que colocava o claustro em comunicação com o jardim e o corredor da enfermaria (disposição cisterciense clássica); hipoteticamente, e antes das obras que se processaram a partir do século XVI (que conduziram também à construção da enfermaria única, a usar por todas as monjas), o refeitório prolongar-se-ia até às duas salas seguintes, que abrem para o claustro, tendo outras duas paralelas. No extremo da ala, sala abobadada com quatro tramos em torno de uma coluna toscana central.

Referência fundamental para a compreensão da evolução dos espaços do Mosteiro – particularmente da igreja, sacristia, enfermaria, sala do capítulo e claustro – é fornecida pelo relato de Claude de Bronseval, na *Peregrinatio Hispanica*, aquando da Visita de D. Edme de Saulieu ao Mosteiro: de facto, todo um conjunto de obras se processou após a sua passagem, tentando-se assim não apenas a reforma espiritual como também a material do edifício; aliás, saliente-se que na reforma do Mosteiro estaria muito empenhado o próprio monarca, como se depreende da leitura da citada obra, no que concerne a São Bento de Cástris.

Trata-se a ala nascente de uma ala dupla, ou seja, que apresenta saguão de separação entre dois espaços construtivos de épocas distintas. No trecho primitivo, comportando vestígios góticos, e em relação directa com o claustro, todas as salas são abobadadas. As duas primeiras salas comunicam por uma grande abertura, apresentando a mesma espessura no muro oriental que a primitiva sala do capítulo. Nestas salas nota-se a necessidade que houve de refazer o cruzamento das abóbadas ogivais, devido a posteriores divisões internas. Notemos que muros em espigão suportam as nervuras das abóbadas. Locais existem onde é possível averiguar da espessura do muro oriental, com cerca de 1,45 m. Depois da sala do capítulo, uma outra sala abobadada, finalizando a ala com a capela da Senhora do Rosário.

Esta ala apresenta, pois, construções posteriores, paralelas, depois do citado saguão a todo o comprimento de  $35 \times 2,50$  m; essas construções posteriores são constituídas por uma grande sala –  $39,30 \times 8,60$  m –, dividida ao meio por nove colunas toscanas, formando duas naves. Coeva desta fase Renascença – último quartel do século XVI –, do ponto de vista construtivo, é a enfermaria, com linha central de oito colunas, separando o espaço em duas naves, medindo  $32 \times 6,60$  m; o andar superior foi junto em finais do século XVII. Quando da desafecção do capítulo original, com a perda



Fig. 7  
Janela gótica  
da primitiva  
sala do capítulo,  
Mosteiro  
de São Bento de Cástris.

do muro, é possível que a primeira das salas de que falámos se tornasse em sala do capítulo: também tem enquadramento de grande arco por dois mais pequenos, à maneira de capítulo típico cisterciense.

À excepção dos do claustro, apenas o muro oriental da enfermaria e o muro setentrional do refeitório das monjas apresenta contrafortes – estes com cerca de  $1,40 \times 0,90$  m de largo.

Nos pisos superiores desta ala dupla temos os dormitórios, de noviças e conversas, construídos paralelamente, datando do século XVII. São os dormitórios que, precisamente, se prolongaram em termos de funções para a comunidade que hoje os ocupa, uma vez que aos outros espaços lhes foram atribuídas funções distintas das que desempenhavam.

Da análise de cortes e alçados ressalta a imponência do claustro no mosteiro, acentuando-se uma simbiose de elementos não só estruturais como também decorativos, testemunhando intervenções sucessivas. Os vários andares individualizam essas múltiplas influências: mudéjar, transmitida pelos arcos de ferradura do primeiro piso; tardo-gótica, nos arcos abatidos do segundo, e renascentista nos arcos de volta perfeita do terceiro. Frisemos que os contrafortes ao longo do primeiro piso suportam as posteriores intervenções nos outros lanços, lembrando ainda que até à construção do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, com claustro afonsino de dois andares, os claustros conventuais apresentavam apenas um andar. A primitiva cobertura do claustro seria de madeira, substituída depois por abóbada de alvenaria, com ogivas de secção rectangular chanfrada e arcos torais abatidos. À volta do claus-

tro, em pleno século XVI, e contrariando o espírito cisterciense, antes da chegada das freiras de Odivelas na sua acção “reformista”, todas as freiras tinham os seus quartos particulares. Particularizando os capitéis, neles encontramos figuras humanas, decoração vegetal, animalésca, geométrica e heráldica.

É nos capitéis do lanço sul do claustro que se detecta um maior ancestralismo; nos lanços norte e ocidental temos mais frisada a presença tardo-gótica (meados do século XV a meados do século XVI), provada pela presença da heráldica relativa aos Melos ou Almeidas e da esfera armilar manuelina.

Foi o lanço oriental alvo de importantes obras no século XVIII, e sobretudo na segunda década do século XIX, pelo que se depreende do conjunto, nada restando de épocas anteriores; formariam, juntamente com o lanço sul, os mais antigos testemunhos da decoração gótica, até porque nesse mesmo lanço se localiza a sala do capítulo, elemento de decisivo cariz gótico: abre esta sala para o corredor do claustro com porta de arco em ogiva, ladeada de duplos colunelos geminados, com capitéis tra-

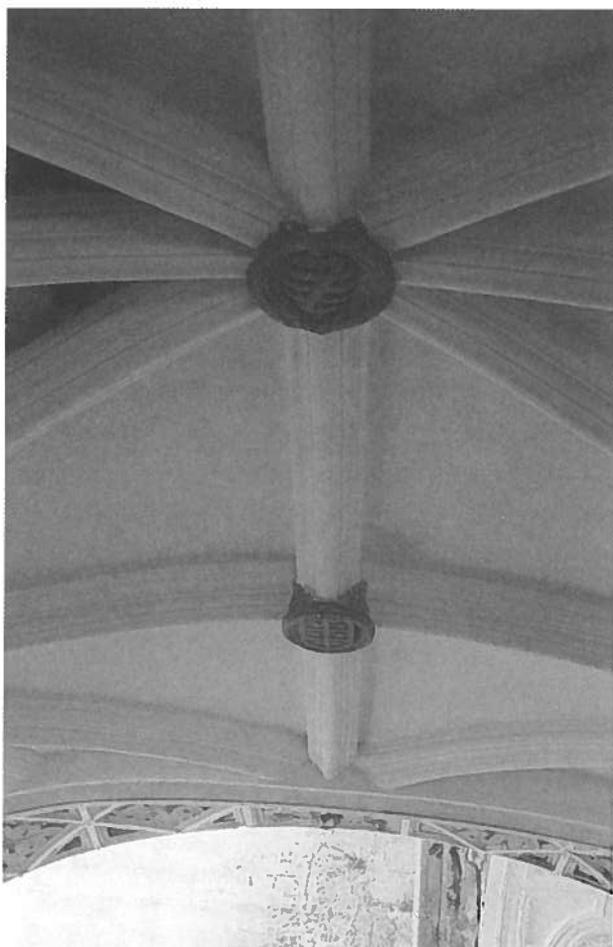


Fig. 8  
Fecho da abobada  
da primitiva  
sala do capítulo,  
Mosteiro de São Bento  
de Cástris.

balhados de forma grosseira, sendo os arcos em lanceta, remontando ao século XIV. No mesmo lanço do claustro encontramos outro dos elementos mais ancestrais, também porta gótica com arco em ogiva, certamente restos da antiga fábrica do mosteiro. Não apresenta, pois, interesse de maior para análise: fortes pilares quadrados ligados a arcos abatidos constituem a sua figuração, representando no núcleo conventual, que é o claustro, o espírito da época em que foi construído. Mede esta ala 42 m no interior, 3,20 m de largura e 26 m de fachada.

No lanço sul – medindo 32,80 m no interior, 3,20 m de largura e 26 m de fachada – temos vinte e quatro capitéis, predominando a decoração geométrica e vegetalista; também quatro capitéis com decoração antropomorfa, e um deles, mais próximo do lanço ocidental, decoração com cordas. No lanço ocidental – com 38 m no interior, 3 m de largura e 31,50 m de fachada – temos trinta capitéis, predominando a decoração vegetalista, seguida da geométrica, antropomórfica, zoomórfica e, nos três últimos capitéis deste lanço, a decoração heráldica, com as armas dos Melos e a esfera armilar. No lanço norte – com 33,20 m no interior, 3,20 m de largo e 25,60 m de fachada – também vinte e quatro capitéis, predominando também a decoração vegetalista, seguida da geométrica e antropomorfa; temos também, agora no último capitel antes do lanço oriental, decoração heráldica. Frisemos neste lanço a presença mais acentuada de capitéis que apresentam cordas no seu conjunto decorativo, aliando-se a elementos geométricos ou vegetalistas. Para efeitos explicativos, salientemos que esta decoração não é clara em todos os capitéis, mercê do seu estado de conservação; a decoração vegetalista compreende caules, folhas e frutos, e também folhas isoladas e árvores completas, como a palmeira, que nos surge no capitel dezoito do lanço ocidental; quando nos referimos a decoração antropomorfa queremos apontar a presença de caras, registando-se apenas num dos capitéis a presença da figura humana completa; do mundo animal surgem-nos apenas representações de aves; os escudos dos Melos e a esfera armilar de D. Manuel, existentes apenas nos lanços ocidental e norte, confirmam em São Bento de Cástris a ideia segundo a qual a decoração heráldica está bem presente na decoração não figurativa do tardo-gótico português, em geral, e do alentejano, em particular.

Especial atenção nos mereceram ainda os colunelos de alvenaria, com capitéis góticos apresentando folhagem estilizada, localizados no subcoro antigo, comunicando com o claustro: são prova da construção trecentista que antecedeu o templo actual.

Nos três lanços do claustro analisados, imponentes contrafortes a redente elevam-se até ao tecto da galeria superior, abobadada, com nervuras, ornadas com alguns caixotões. Esses contrafortes estariam já presentes antes da intervenção de Estêvão Lourenço, em 1520, a mandado de D. Manuel, e que são ponto de referência para uma nova fase na história arquitectónica do mosteiro.

No ângulo sul-poente temos um curioso piso suplementar, com quatro aberturas para o claustro – apresenta arcos de volta perfeita suportados por três colunas, com evidentes funções de residência da Madre Abadessa.

Temos ainda o espaço-cerca, compreendendo uma cerca mais pequena e que era a cerca das monjas, com comunicação para a grande, a horta, o que subsiste de algumas oficinas e as actuais instalações administrativas da Casa Pia, que ocupam o espaço que pertencia aos Padres do mosteiro.

Na compreensão da evolução do espaço e funções do espaço conventual, determinantes são as suas relações com a Coroa, num conjunto patrimonial do mosteiro, que ganha força a partir de

meados do século XV, perdendo importância apenas no primeiro quartel do século XVII; só um vasto património, sob diversas formas, poderia garantir grandes rendimentos, derivando estes em intervenções/aplicações no único local onde a comunidade podia dele directamente usufruir: o mosteiro.

A intervenção e o apoio dos monarcas ao mosteiro fica demonstrado nas diversas Chancelarias, sendo contínuo, com maior ou menor força, desde D. Fernando a D. José. Expressa-se na cedência de bens fundiários – D. Duarte e D. Afonso V –, de bens rústicos urbanos – D. Afonso V –, de inúmeras Cartas de Privilégio – D. João I, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, D. Henrique, Filipe I, Filipe II e D. João IV –, Cartas de Protecção e Provisões – D. Afonso V, D. João III, D. Sebastião, Filipe II, D. João VI e Pedro IV.

Os Padroados e os Averbamentos a Juro, também cedidos pelos monarcas, são importantes para o crescimento dos bens móveis do mosteiro, em especial sob a forma pecuniária: são os Padroados, que surgem no século XV, e os Averbamentos a Juro, cerca de um século depois<sup>10</sup>.

D. João III cede ainda seis arrobas de açúcar – lembremos os “papos de anjo” das freiras, famosos doces – e duas de cera, D. João IV faz a cedência de uma pena de água na arca do cano da Água de Prata e ainda de especiarias: o mosteiro poderia ter cravo, gengibre e pimenta na Casa da Índia (curioso é o facto de as freiras de São Bento terem chegado a participar em seguros marítimos de viagens para a Índia).

Na documentação local é possível avaliar a importância da acção dos particulares – doações e dotes – na evolução do património acima citado. O primeiro dote que localizamos data de 1392, sob a forma de bem de raiz – herdade –, e que foram progressivamente aumentando em herdades, casas, vinhas e hortas, além das posteriores propinas pecuniárias. Os seus bens de raiz são emprazados desde muito cedo – o mais antigo emprazamento é de 1256 (lembremos a data da fundação!) –, e a doação documentada mais antiga desse tipo de bens é de 1287, doações de bens móveis e de raiz que se vão acentuar a partir de meados do século XIV.

A partir de meados do século XV existem referências a recebimentos de rendas e doações em libras; porém, já em 1382, em Alvará de D. Fernando, se autoriza o herdamento, por parte das freiras, de 500 libras<sup>11</sup>. Também os emprazamentos, cujo foro era pecuniário, se acentuam no século XVI.

No século XVIII são indicadas cento e sessenta e uma posses do mosteiro – herdades, quintas, vinhas, casa, tendas – possuídas a partir do século XIV, porém já existiam outras anteriores. Neste mesmo século, em 1709, a legislação régia interferiu de forma determinante no evoluir do património fundiário do mosteiro: foi o reconhecimento real de posse de todas as fazendas e bens de raiz até então conseguidos<sup>12</sup>. Numa breve perspectiva envolvendo o tempo aproximado de centúria e meia, entre 1703 e 1858, temos, para 1703, sessenta e sete herdades; 1741, sessenta e cinco herdades; 1752, sessenta e oito herdades, 1771, setenta herdades e em 1858 o seu número desce radicalmente para vinte e oito herdades. Ainda neste ano, a nossa análise permitiu-nos chegar aos seguintes dados:

- a) diminuição drástica no número de casas sujeitas a foro;
- b) desaparecimento de cinco importantes fontes de foro: forno de cal, adegas, estalagens, loja e celeiro;
- c) manutenção do número de hortas;

d) diminuição do número de vinhas e de ferragiais;

e) aumento do número de quintas sob domínio do mosteiro, algumas em substituição de antigas vinhas (era a “moda das quintas”, de meados do século XIX);

f) mantém-se a exploração do lagar de azeite em Vila Viçosa e dos olivais fora da cidade.

De referir que, no século e meio acima referenciado, além do rendimento advindo dos bens fundiários, ele provinha também de juros reais (do almoxarifado de Évora, da Alfândega de Lisboa, do estanco do Tabaco, dos Padres Lóios em Évora, das bernardas de Portalegre, de vários indivíduos intra e extramuros do mosteiro); em meados do século XVIII, nos anos de 1752 e 1771, os dados são mais objectivos, e além dos juros mencionados citam-se vários foros:

a) Na cidade: forno de cal e seu ferragial; casas, adegas; vinhas, estalagens; ferragiais; lojas; celeiro e hortas. Parece-nos interessante a localização destas fontes de rendimento; vejamos as casas:

– duas no Adro de São Domingos; três no Terreiro dos Mercadores; uma na Rua de Alconchel; duas na Rua de São Cristóvão; quatro na Rua de Avis e uma à Porta de Avis; uma na Rua das Molinas; três na Rua Ancha; uma na Rua do Paço; duas à Porta Nova; uma na Rua de Frei Brás; uma na Travessa dos Cogulos; umas na Rua da Selaria; uma na Rua da Parreira; duas na Rua da Lagoa; duas na Travessa das Tâmaras; uma na Rua da Mouraria; uma na Travessa da Zanguella; uma na Praça; duas na Rua do Tinhoso uma defronte do mosteiro e uma na Rua de Aljustrel;

– o celeiro era na zona da actual Rua das Amas do Cardeal;

– duas adegas, uma na Rua do Passarinho e uma na Rua do Tinhoso;

– três quintas, sendo especificadas a do Esborrondadouro e de Gouveia; no século XIX, esse número totaliza seis: da Sousa, do Monte Redondo, do Esborrondadouro e três que no século anterior surgiam como vinhas: da Chamboinha, de Vale de Flores e do Degebe;

– quatro estalagens, todas na Rua de Avis;

– duas hortas, dos Pelomes e do Drago;

– ferragiais, alguns não especificados, mas que nas cercanias da cidade chegam a ser onze: das Brabas, à Porta de Avis, às Olarias (Alconchel), Posto de Entre-Vinhas, à fonte de Santo António, junto ao forte de Santo António, e ao cemitério dos Remédios;

– vinhas, num total de catorze, sendo especificadas as do Peito da Galé, do Lagar Derrubado, da Lagardona, de Vale de Romão, de Vale de Carvalhos, da Retorta, de Pedro Aldarda, da Chamboinha, de Vale de Flores, do Espinheiro e do Degebe.

b) Fora da cidade (Serpa, Beja, Pavia, Alandroal, Vila Viçosa, Alcácer do Sal, Avis, Estremoz, Arraiolos): lagar em Vila Viçosa; alqueires de azeite; vinhas (Alandroal); ferragiais (Pavia, Estremoz, Ribeira de Tera, Santo António de Pavia); extravagantes – peles e lã de carneiro, couros de bois e vitelas, bagaço da azeitona – e laudémios.

Desta forma, e particularmente durante todo o século XVIII e o primeiro quartel do século XIX, a renda total do mosteiro seria de 4 324 050 réis, sendo apenas apresentadas despesas na ordem dos 5000 réis destinados à festa de Santo António e outros para missas (que totalizavam catorze: onze de tostão e três de 10 tostões cada, sendo sete de intenção e sete de *Requiem*); muitas outras não nomeadas existiriam, mas sem dúvida que a opulência decorativa setecentista das instalações do mosteiro muito tem a ver com essa avultada renda.

Estes domínios directos tomavam figura em distintas formas, agindo também eles sobre o espaço envolvente e a sua ordenação; assim diversificados eram os bens e as suas localizações, de onde se infere que o Mosteiro de São Bento de Cástris agiu sobre a ocupação do espaço e sobre os homens que o ocupavam: local por excelência de clausura, revela-se como entidade ordenadora espaço/homens no exterior da sua cerca. Revela-se interessante a diversidade dos bens sobre os quais o seu domínio se exercia; a inventariação mais recente, de 23 de Agosto de 1900<sup>13</sup>, revela-nos o seguinte:

– casas e pátios na cidade, freguesias da Sé, Santo Antão, São Mamede e São Pedro; adegas, freguesia de São Mamede; estalagens, freguesia de São Mamede; moinhos de vento e terras anexas (herdade da Tourinha, São Miguel de Machede); casais; vinhas, quartéis de vinha, courelas de vinha; courelas; ferragiais; quintas; quintais; olivais e herdades, restando poucas nesta altura.

Da análise diacrónica destes dados verificamos:

*a)* uma aposta, nos inícios do mosteiro, e em termos do ordenamento rural, nas grandes unidades – latifúndios –, que, progressivamente, foram cedendo lugar a outras unidades mais repartidas – courelas, ferragiais, casais;

*b)* na zona envolvente do mosteiro, uma preocupação pela ocupação dos solos até aí desocupados, ou pela sua apreensão, em especial sob a forma de vinhas e moradas de casas, preocupação esta bem patente nos inícios do mosteiro, sobretudo pela sua ligação às vinhas de Peramanca, mas que com o tempo vão esmorecendo em favor dos ferragiais e, numa última fase, das quintas e quintais;

*c)* ressalta também o empenho no usufruto e alargamento das vinhas, com reflexos no espaço urbano (referimo-nos à exploração de adegas);

*d)* a completa exploração dos produtos típicos dos grandes latifúndios fica também expressa na existência de lagares (em estreita ligação com os numerosos olivais nas herdades), um junto ao mosteiro, de grandes dimensões, e outro em Vila Viçosa;

*e)* de referir, porém, a capacidade de adaptação do mosteiro à recolha de diversos tipos de foros: frisemos a sua ligação aos fornos da cal e das olarias, na cidade; do uso dos moinhos de vento numa herdade sua e até do uso da água: trata-se de uma nascente de água numa herdade junto a Montemor;

*f)* a constante relação com o núcleo urbano, pois cerca de 50 por cento dos bens do Mosteiro eram precisamente imóveis na cidade; grande parte dos rendimentos do mosteiro advinham precisamente da sua exploração, sendo curiosa a flagrante existência de estalagens;

*g)* a influência na zona envolvente da cidade, em especial com o incremento de quintas;

*h)* já na última fase do mosteiro, mais precisamente em 1900, a existência de contratos enfiteutícos com a classe nobre: vinha na quinta da Manizola, cujo enfiteuta era o Visconde da Esperança; ferragial da quinta do Galego, de que era enfiteuta a Condessa da Costa; herdade do Sobral, freguesia do Freixo, cujo enfiteuta era o Conde das Galveias; herdade da Rascôa, freguesia de São João da Ribeira, o enfiteuta era o Conde de Valenças.

Desta forma, o património do mosteiro resultava em grande parte de uma linha que apostava na ecologia humana, uma vez que procurava combinar de forma harmoniosa os dois elementos fundamentais que definem a paisagem: o espaço e os homens. Agiu sobre a organização do espaço, chegando a converter-lhe as funções, e sobre os homens que o ocupavam – ao exigir determinado tipo de foros, que não pecuniários, incitando culturas específicas. Sublinhemos que uma boa parte das rendas do

mosteiro se dirigia também para a conservação física desses espaços: no espólio documental do mosteiro, inúmeras são as referências aos reparos nos montes e instalações afins.

---

#### Notas

<sup>1</sup> Analisámos especialmente a primeira parte do quarto tomo da obra deste Padre da Companhia de Jesus, que corresponde ao Códice CXXX/1-1 da Biblioteca Pública de Évora.

<sup>2</sup> Autor da obra *Évora Gloriosa*, escrita no primeiro quartel do século XVIII.

<sup>3</sup> Manuel Severim de Faria, *Discursos Vários Políticos*, Impressos por Manuel de Carvalho, Évora, 1624, Évora, 1624, Imprensa da Universidade, “Discurso 4.º – Da Origem das Vestes Sacerdotais”, p. 163, v.

<sup>4</sup> Túlio Espanca, *Inventário Artístico do Concelho de Évora*, Lisboa, 1960, vol. 1.; *Arrolamento das Freguesias Rurais do Concelho de Évora*, 1957; “Estudos Alentejanos: extinção do Mosteiro de São Bento de Cástris”, in *A Cidade de Évora*, ano XXXIII, Janeiro /Dezembro de 1976, e vários outros artigos nesta mesma revista.

<sup>5</sup> Gabriel Pereira, *Estudos Eborenses*, Évora, Ed. Nazareth, 1947, 2.ª ed., vol. 1.

<sup>6</sup> Joaquim Chorão Lavaço, “São Bento de Cástris e Alcobaça. Da afiliação à ruptura”, separata das *Actas do IX Centenário do Nascimento de São Bernardo*, Braga, 1991.

<sup>7</sup> “*Dos mosteiros femininos que se estabeleceram em Portugal na obediência de Alcobaça, os mais antigos foram: Santa Maria de Cós, fundado antes de 1241; São Bento de Évora, só documentado desde 1275; Santa Maria de Almoester, filiado em Claraval em 1287. São Dinis de Odivelas, autorizado pelo Capítulo Geral de 1294 e fundado em 1295. [...] O período dureo dos mosteiros de monjas, em Portugal, como nos outros países, foi o século XIII. Temos igualmente dois grupos: as comunidades fundadas pelas Santas Princesas em sujeição directa a Claraval ou à Santa Sé, e as que se constituíram sob patrocinio e visitação dos abades de Alcobaça*”. P. Miguel de Oliveira, *Origens da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1951, pp. 38, 39.

<sup>8</sup> “*Quanto aos mosteiros de religiosas, excluindo os tardios de Odivelas e Almoester, cujo significado é realmente importante, nada nos chegou das suas igrejas susceptível de aproveitamento para este inquérito. Lorvão, Celas, Arouca e São Bento de Évora existem hoje profundamente remodelados. [...] As casas de monjas, normalmente tardias e dotadas de apenas uma nave e simples cabeceira, têm de facto menos interesse para um inquérito sobre a originalidade da arquitectura cisterciense, pelo que, por esse lado, o prejuízo causado com as aludidas reconstruções não terá sido muito grande. Ocuparam estas no seu todo o século XVI e prolongaram-se até ao XVII [...]*”. Artur Nobre de Gusmão, “Os mosteiros de Cister na Época Moderna”, separata da *Lusitana*, Porto, 1957, vol. III, n.º 10, pp. 361 e 362.

<sup>9</sup> “*Na ordenação monástica, tal acto (o da escrita) consubstancia um dos lados do quadrilátero formado pelo recinto claustral em torno do qual se congregam e harmonizam as tendências e operações conflituais e contraditórias do homem: Igreja vs. refeitório; sala do capítulo/biblioteca vs. ala dos conversos. Ou seja: espírito vs. corpo; trabalho intelectual vs. trabalho braçal. O exercício desse acto dependente do Abade cisterciense significa necessariamente (na própria renúncia a ver nesse acto um privilégio de alguns ou uma escolha individual, e na sua integração nas actividades normais da vida comum) a procura de uma conciliação entre actividade contemplativa e actividade intelectual. Ao opor entre si as várias tendências e operações, a vida monástica, sem as anular e consentindo a sua coexistência, confere-lhes uma orientação hierarquizadora, significada no próprio espaço vazio de céu aberto e concretizada na pacificação obtida principalmente através da contemplação dirigida pelo Abade e exercitada na lectio divina.*

*O livro desempenha aí uma função mediadora particularmente importante, e por isso não será de estranhar que a técnica de elaboração traduza já uma relação concreta do leitor/comunidade com o texto*”. Aires Augusto Nascimento e António Dias Diogo, *Encadernação Portuguesa Medieval*, Alcobaça, INIC, p. 90.

<sup>10</sup> A cedência de Padroados inicia-se precisamente a partir de meados do século XV, com D. Afonso V – de 800 e 400 réis, são retomados por D. Sebastião – 20 000 e 8000 réis, seguidos por Filipe I – 15 300 e 8800 réis e por Filipe II – 15 000, 8000 e 5000 réis. Os verbamentos a Juro surgem a partir de meados do século XVI, com D. João III – 15 000, dois de 8000, 5000 e 4400, D. Sebastião – 4400, 16 000 e um espectacular de 300 000 réis, Filipe I – 30 000, dois de 10 000, 12 240 e 7040, Filipe II – 6400 e 4000 réis, D. João IV – 30 000 e D. José – 4000 na Alfândega de Lisboa e 10 000 no Contrato do Tabaco.

<sup>11</sup> Biblioteca Pública de Évora, Pasta de Pergaminhos de São Bento, doc. 10.

<sup>12</sup> Biblioteca Pública de Évora, Fundo de São Bento (não catalogado), Livro 19 (numeração nossa), peça 61, fl.10 v.: “...*Não teve este mosteiro na sua fundação nem muitos séculos dipois licença p.ª adquirir porem por Alvara de 11 de 9.bro de 1709 concedeo por Esmola Sua Magestade a Abb.ª e Religiosas do Mesmo Mosteiro que podem pequir todas as fazendas e bens de raiz de que estivessem de poçe athe o dito dia mez e anno sem embargo da Ordenação do L.º 2.º fl. 1861 cujos titolos foram reformados e lançados em hum Tombo que em virtude de hum Alvara de Sua Magestade de 14 de Maio de 1687 com declaração que se dece aos Treslados a fe e credito somente que avião ter os mesmos instramentos que se copiasem de maneira que sendo Originais ficacem com a fe dos Originais e não o sendo com a fe que de antes tinham vindo a conferir o dito alvara ao Porvedor que entam hera desta comarca sita-*

**A afirmação do Mosteiro de São Bento de Cástris  
no contexto local e nacional**

*das para iço as partes intreçadas cujo Original se acha supranumerariamente entre p. 16 e 17 do dito Tombo que foi numerado e rubricado pello Porvedor M.el Viegas de Oliveira e cujo titulo e inserramento he posto pello sendicante do mesmo Menystro M.el de Carvalho o qual declara no dito enserramento feito em 5 de 7.bro de 1690 ter 221 Laudas o referido Tombo e que se achão lançados os titolos das fazendas do Mosteiro pella maneira que são sitadas neste Apendis”.*

<sup>13</sup> IAN/TT, Cástris, Caixa 53, 1926, Capilha 1, documento 3. Sublinhe-se que o documento se refere a uma inventariação dos fóros do Mosteiro, para efeitos de avaliação, concluindo que as avaliações dos setenta e um domínios directos do Mosteiro descritos importavam em treze contos cento e noventa e seis mil réis.